



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς  
Journal of Philosophy



n. 48 Maio- Agosto de 2025

## ADAM SMITH NOS TRÓPICOS: É POSSÍVEL COMPREENDER O HOMEM CORDIAL A PARTIR DE UMA TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS?

Emmanoel de Oliveira Boff<sup>1</sup>  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

**RESUMO:** O artigo propõe uma leitura que “deglute” a filosofia moral de Adam Smith para poder compreender o “homem cordial” analisado por Sérgio Buarque de Holanda (1936). A partir da *Teoria dos Sentimentos Morais* e da *Riqueza das Nações*, o texto argumenta que a “simpatia dividida” que caracteriza sociedades miscigenadas, escravocratas e hierarquizadas, moldou no Brasil um espectador imparcial fraturado: este espectador não segue os padrões impessoais de justiça e competição de mercado tais como elaborados no pensamento derivado do Iluminismo europeu. Não seguindo tais padrões, consolida-se a *cordialidade* como forma de convívio predominante, dificultando a separação entre esferas pública e privada e perpetuando o que denominamos (com lentes europeizadas) de práticas de corrupção e desigualdade. Contudo, práticas culturais populares podem funcionar como escolas informais de “gosto” (no sentido smithiano), ampliando a capacidade da simpatia e promovendo formas de convívio social que apontam para um cosmopolitismo enraizado a partir do Sul. Nesse sentido, nosso “canibalismo” de Smith auxilia a repensar criticamente as possibilidades morais e institucionais do desenvolvimento brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adam Smith; homem cordial; desenvolvimento econômico; filosofia moral.

**ABSTRACT:** This article offers an anthropophagic reading of Adam Smith’s moral philosophy to interpret the figure of the *homem cordial* (“cordial man”) analyzed by Sérgio Buarque de Holanda (1936). Drawing on *The Theory of Moral Sentiments* and *The Wealth of Nations*, it argues that the “divided sympathy” characteristic of mixed, slave-based, and hierarchical societies produced, in Brazil, a fractured impartial spectator—unable to sustain the impersonal standards of justice and market competition envisioned by the European Enlightenment. As a result, *cordiality* emerges as the prevailing mode of sociability, blurring the distinction between public and private spheres and perpetuating practices commonly described, through European lenses, as corruption and inequality. Yet, popular cultural practices function as informal schools of “taste” (in the Smithian sense), expanding sympathy and fostering a rooted form of cosmopolitanism emerging from the Global South. In this perspective, a “cannibalistic”

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [emmanoelb@id.uff.br](mailto:emmanoelb@id.uff.br).

appropriation of Smith enables a critical rethinking of the moral and institutional foundations of Brazilian development.

**KEYWORDS:** Adam Smith; cordial man; economic development; moral philosophy.

## I. Introdução

Pode-se interpretar os dois livros publicados por Adam Smith — *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759) e *A Riqueza das Nações* (1776) — juntamente com suas *Palestras sobre Jurisprudência*, como fornecendo um esboço para um sistema amplo de filosofia moral. Embora esse sistema nunca tenha sido completado<sup>2</sup>, a ideia de Smith era que ele poderia, em princípio, explicar a coevolução histórica das instituições públicas (como o Estado e outras organizações), do mercado (e outras instituições econômicas) e também dos sentimentos morais (EVENSKY, 2007: cap. 2). Em outras palavras, mais do que ser “o pai da economia moderna”, o sistema pretendido por Smith era um sistema sociopsicológico, do qual a economia era uma parte.

Entretanto, Smith pouco tentou aplicar seus próprios conceitos e métodos fora de um arcabouço social e institucional europeu (majoritariamente britânico). Sendo um pensador do Iluminismo, é natural supor que sua teoria dos sentimentos morais poderia ser aplicada ao estudo do desenvolvimento de mercados, sentimentos morais e instituições públicas fora da Europa. De fato, sua análise em *A Teoria dos Sentimentos Morais* parte do “barro grosseiro da maioria da humanidade” até chegar às paixões corpóreas e imaginativas com as quais os indivíduos podem simpatizar e por meio das quais julgam outras pessoas e suas próprias ações. Ou seja, sua análise pode, em princípio, ser útil também para sociedades não europeias.

Assim, o principal objetivo deste artigo é tentar aplicar a análise de Smith ao Brasil. Especificamente, iremos estendê-la ao caso do livro clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936). O capítulo 5 da obra foca naquela que seria, supostamente, a característica típica na formação do povo brasileiro: a cordialidade. Segundo Holanda, o “homem cordial” seria avesso à organização impessoal e burocrática das instituições das economias capitalistas modernas. Seu medo da solidão o tornaria naturalmente gregário, reagindo às outras pessoas de maneira predominantemente emocional e íntima — para o bem ou para o mal. A esse tipo de

---

<sup>2</sup> Como nos lembra John Rae (1845–1915), biógrafo de Smith, pouco antes de sua morte Smith mandou queimar dezesseis manuscritos sobre seu sistema, de modo que a conclusão de seu sistema de jurisprudência natural (que se iniciara com a publicação de *The Theory of Moral Sentiments*) permanece, ainda hoje, um objeto de especulação.

personalidade corresponderia um conjunto de instituições — entre as quais o “Estado patrimonial” seria muito importante — que dificultaria a realização, no Brasil, do “plano liberal de liberdade, igualdade e justiça” vislumbrado por Smith. Como consequência, no Brasil, as relações cordiais entre os agentes embaralhariam a linha entre as esferas pública e privada, estimulando problemas como corrupção, ineficiência econômica e atraso, mesmo nos dias atuais (CALIXTRE, 2022).

Nossa abordagem do tema é inspirada pelo *Manifesto Antropofágico* (1928), de Oswald de Andrade. A teoria moral de Adam Smith, vinda do iluminismo escocês, é “deglutida” para iluminar certos aspectos específicos da formação moral e institucional brasileira, com ênfase no tipo ideal do 'homem cordial' de Sérgio Buarque de Holanda. Não nos propomos aplicar passivamente as categorias smithianas, mas testar sua força epistemológica ao ser aplicada a lugares em que não foi antes aplicada. Fomentando o diálogo entre a teoria dos sentimentos morais de Smith e o *ethos* cordial do brasileiro, sugerido por Holanda, pretendemos teorizar antropofagicamente, metabolizando elementos do pensamento moderno europeu a serviço de uma compreensão crítica e mais completa da economia e sociedade brasileiras.

Para cumprir esse objetivo, o artigo será dividido em quatro seções (incluindo esta Introdução e a Conclusão). A Seção 2 argumentará que os tipos de análise socioeconômica de Smith e de Holanda apresentam semelhanças que permitem uma comparação frutífera entre eles. Em seguida, apresentaremos os principais argumentos e a estrutura de *Raízes do Brasil*, com foco no que podemos chamar de interação entre as características “psicológicas” do homem cordial e seu ambiente social, político e econômico. A Seção 3 esboçará brevemente uma interpretação da teoria de Smith aplicada a uma sociedade recentemente formada, como a brasileira. De particular importância para o argumento são os trabalhos de Forman-Barzilai (2011), Tegos (2013), Pack (2010), Hanley (2010) e Wells (2010), já que lidam com a abordagem de Smith em relação à corrupção, à escravidão e à possibilidade de estender nossa simpatia para além do círculo local de conhecidos. Isso é importante, pois a formação do Brasil envolveu quase quatro séculos de economia escravocrata em um território pouco povoado até o início do século XX. Tentar fazer a ponte entre essas realidades institucionais e o caráter do homem cordial está relacionado ao objetivo principal deste artigo. A Seção 4 buscará concluir, de forma tentativa, inserindo os tipos históricos e éticos de Holanda (“o aventureiro”, “o semeador”, “o homem cordial”) na teoria dos sentimentos morais de Smith. Apresentaremos a proposição de que, em uma sociedade

altamente desigual (em termos sociais e econômicos), sem um sistema prévio comum de significados e valores compartilhados, o espectador imparcial pode ser caracterizado por uma simpatia dividida (*TMS* I.II.21 e I.II.29). Correlacionada à simpatia dividida, viria a falta de coesão social e a dificuldade de traduzir códigos morais práticos (baseados principalmente em relações pessoais) em regras legais de caráter burocrático. Por fim, a Seção 5 conclui com algumas sugestões para pesquisas futuras.

## II. *Raízes do Brasil de Holanda e o homem cordial*

No Brasil, a década de 1930 foi marcada pela publicação de três livros que apresentaram novidades estilísticas e metodológicas na investigação sobre a peculiaridade da formação social, cultural e econômica do país<sup>3</sup>. Após a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, a decepção das elites brasileiras com as perspectivas da civilização europeia levou parte dos intelectuais do país a direcionar sua atenção para as possibilidades de desenvolvimento da maior ex-colônia de Portugal. Esse movimento já havia começado no início do século XX e se acelerou após a *Semana de Arte Moderna* de 1922, em São Paulo. Em poucos dias de fevereiro, muitos novos artistas e intelectuais desafiaram o *status quo*, principalmente na literatura e na pintura, criando um movimento que deu origem a novas revistas (*Klaxon* e *Revista de Antropofagia*) e a correntes artísticas como o Movimento Pau-Brasil e o Movimento Verde-Amarelo. Uma característica comum desses movimentos estava no desejo de compreender as origens e a singularidade da sociedade e da economia brasileira em termos modernos. Isso fazia parte de um projeto que buscava não apenas uma melhor compreensão do passado, mas também lançar nova luz sobre os problemas e potencialidades do país. É dentro desse contexto e dessa ambição que *Raízes do Brasil* foi publicado, em 1936, como o primeiro volume de uma coleção (entre outras que surgiram na mesma década) intitulada *Documentos Brasileiros*.

### II.I. O estilo e a metodologia de *Raízes do Brasil*: uma comparação possível com Smith?

---

<sup>3</sup> Além de *Raízes do Brasil*, *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (*The Masters and the Slaves* – 1933) e *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (*Economic Formation of Present Day Brazil* – 1942) representaram essa mudança de mentalidade e abordagem em relação à historiografia brasileira.

Uma primeira questão relacionada ao nosso objetivo de analisar, pelas lentes de Smith, aquele que seria o personagem mais importante do livro de Holanda — o homem cordial — diz respeito aos contextos muito distintos em que suas obras foram concebidas. Afinal, o que poderiam ter em comum? Um filósofo moral escocês do século XVIII não parece ter muito em comum com um sociólogo e historiador modernista brasileiro do século XX. O risco que corremos aqui é assumir que há semelhanças suficientes entre seus projetos que nos permitam realizar uma comparação proveitosa, apesar de suas diferentes visões de mundo e objetivos gerais. Arriscamos, entretanto, que existem ao menos três semelhanças que nos dão boas razões para realizar essa comparação.

Em primeiro lugar, assim como no sistema inacabado de Smith, *Raízes do Brasil* compartilha do que se pode chamar de uma visão sistêmica e dinâmica da sociedade — uma visão em que os elementos sociais, econômicos e psicológicos caminham juntos e se influenciam mutuamente. Em uma das entrevistas de Holanda, publicada em 1982, ele conta ao entrevistador que, quando trabalhou na Alemanha entre 1929 e 1930 como jornalista e tentava explicar o Brasil aos alemães, foi forçado a pensar o Brasil “como um todo”. Além disso, ao voltar da Alemanha, seu plano era escrever uma ambiciosa “Teoria da América”, comparando as diferentes formações socioeconômicas dos países do continente americano a partir dos distintos processos de colonização. Embora nunca concluído, partes desse projeto foram incorporadas a *Raízes do Brasil*. Como veremos, o argumento de Holanda no livro frequentemente entrelaça argumentos sociológicos, históricos, econômicos e psicológicos. Sem dúvida, isso ressoa com a abordagem de Smith.

Em segundo lugar, Holanda empregou uma metodologia de investigação de origem sociológica alemã que nos permite perceber algumas continuidades entre ele e Smith. De fato, enquanto esteve em Berlim, Holanda frequentou as aulas do historiador Friederich Meinecke, além de ler Rilke e Weber (FRANÇOZO, 2004). Uma versão modificada da metodologia dos tipos ideais de Weber está presente em *Raízes do Brasil*. Como observa Zafirovski (2000: 73), existem continuidades e sobreposições entre a economia política de Smith e a *sozialökonomik* de Max Weber, tanto no enquadramento social da economia, na dinâmica entre sociedade e economia, quanto no uso da compreensão (*Verstehen*) – no caso de Smith, a compreensão é da *circunstância*

específica e situada da ação social e econômica. Como argumentaremos, isso também é válido para *Raízes do Brasil*.

Por fim, podemos dizer que ambos os autores tinham em mente uma variação do que se pode chamar de “plano liberal” para seus respectivos países: ambos valorizavam as virtudes do “homem prudente” e temiam os males que poderiam recair sobre sociedades nas quais o Estado interferisse com frequência na esfera privada da vida. Ambos também adotavam uma postura crítica em relação a sistemas políticos e econômicos baseados na dependência hierárquica, preferindo uma sociedade caracterizada por proteção a direitos individuais e à livre iniciativa, além de um Estado com poderes limitados.

Pode-se ainda questionar a relevância da comparação entre Smith e Holanda, dado que suas abordagens poderiam ser vistas como ultrapassadas. De fato, há obras mais recentes que tentam investigar a coevolução entre indivíduos (ou seu comportamento individual e preferências), instituições sociais e economia, procurando identificar os obstáculos e dificuldades enfrentados por diferentes nações em seus processos de desenvolvimento — Acemoglu e Robinson (2011) e Douglass North et al. (2013) são apenas dois dos exemplos discutidos no *mainstream* do pensamento econômico atual. No entanto, o que essas obras não oferecem é a análise refinada da *conduta* humana (em contraste com o *comportamento* humano) e da capacidade humana de julgamento e reflexão sobre os fins, como faz Smith (PAGANELLI, 2015). As análises de Holanda e de Smith vão além do comportamento custo-benefício de agentes econômicos, comportamento esse que pode ser incorporado aos argumentos de uma função de utilidade. Variáveis como a imaginação e a sensibilidade para analisar diferentes contextos (e, então, agir de forma intencional) não são facilmente modeláveis, pois envolvem interpretação e compreensão do mundo social. Contudo, como partes da abordagem de Smith, essas variáveis podem nos ajudar a entender como os agentes interpretam suas condutas sob diferentes arranjos institucionais, para então fazer escolhas e, de modo mais geral, agir situadamente.

Por fim, cabe observar que dialogamos com a tese de André Bojikian Calixtre (*O Homem Cordial – Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico brasileiro*, 2022), que visa reinterpretar o *Homo Cordialis* como um tipo ideal de agente econômico, cuja ação se baseia em afetos e nos laços de

intimidade que marcam a trajetória do desenvolvimento sociopolítico brasileiro. No entanto, Calixtre busca a genealogia histórica e institucional do homem cordial em relação ao desenvolvimentismo brasileiro, enquanto este trabalho explora as bases morais e afetivas desse tipo social, à luz da filosofia moral de Adam Smith. Em nossa antropofagia, conceitos herdados do Iluminismo escocês são transfigurados no contexto brasileiro, visando esclarecer as relações e tensões entre simpatia e auto-interesse, afetos e violência, personalismo e impessoalidade no desenvolvimento brasileiro de um ponto de vista holístico.

## **II. II *Raízes do Brasil*: uma visão geral**

Antes de chegarmos ao homem cordial, é necessário fazer uma breve apresentação da estrutura de *Raízes do Brasil*. Tal como interpretamos, o argumento do livro é construído com uma estrutura semelhante à de uma árvore: os primeiros capítulos funcionam como as “raízes” (históricas) da sociedade brasileira, que se desenvolvem ao longo do “tronco” até culminarem no homem cordial, na “copa”. O último capítulo do livro especula sobre o futuro da sociedade brasileira, diante dos obstáculos e potencialidades das nossas realidades políticas, sociais e culturais herdadas.

### **II.II.I As raízes: fronteiras da Europa e o tipo de indivíduo que veio para o Brasil**

Os dois primeiros capítulos do livro exploram o que Holanda vê como as raízes da sociedade brasileira: o Brasil se formou como uma expansão, na forma de colônia, das fronteiras da Europa do século XVI — mais precisamente de Portugal. A esse empreendimento econômico e político está associado um certo tipo de organização social, caracterizado por uma forma precoce de individualismo baseado no mérito pessoal, em que os laços feudais já haviam se enfraquecido a ponto de permitir o desenvolvimento de atividades comerciais em Portugal. Como consequência, a nobreza não se desenvolveu como uma classe estritamente separada da classe mercantil — em outras palavras, a mobilidade social e a ascensão à nobreza em Portugal dependiam da demonstração de atos de conquista e coragem que conferiam honra e respeito àqueles que os realizavam. Assim, esse “mérito pessoal” não se baseava em virtudes protestantes, como o trabalho árduo, mas, como observa Albert Hirschman (1977, cap. 1), em algo como a ideia de glória (pessoal, não religiosa). Enquanto no restante da Europa essa ideia estava em declínio, em Portugal “o círculo das virtudes capitais (...)”

está diretamente relacionado ao sentimento de dignidade de cada indivíduo. Para plebeus e nobres igualmente, esse sentimento corresponde a uma ética da nobreza, não da servidão”, como observa Holanda (1995: 37, tradução minha).

Esse tipo de ética está relacionado a um conjunto de instituições econômicas e políticas. Primeiro, a ideia de trabalho constante e árduo visando à acumulação futura não é vista como tendo tanto valor quanto a busca aventureira por independência, honra e glória. Consequentemente, a organização política que deriva dessa ética é aquela em que a conduta de comerciantes e nobres não se codifica facilmente em um sistema de princípios gerais de direito. Em primeiro lugar, porque a solidariedade entre portugueses e espanhóis “existe apenas onde há um laço de sentimentos mais do que relações de interesse” (1995: 39). Em segundo lugar, porque nobres diferentes não se viam como iguais perante a lei. Isso significa que um sistema jurídico que floresce dentro desse sistema ético não visa fornecer regras gerais para regular as atividades de indivíduos movidos pelo interesse próprio, mas sim declarar uma miríade de regras “para conter paixões particulares e transitórias” de diferentes grupos que buscavam honra e glória<sup>4</sup>.

### **II.II.II O tronco: herança rural e as cidades**

Assim, em vez de uma ética protestante voltada ao trabalho árduo, é uma ética da aventura que impulsiona a colonização na América do Sul<sup>5</sup>. Nos capítulos 3 e 4 do livro, Holanda descreve a inércia desse tipo de ética no Brasil (que se desenvolveu em uma grande terra tropical, baseada no trabalho escravo e na monocultura durante os séculos XVI e XVII), quando, na década de 1850, devido aos efeitos da Revolução Industrial, a economia brasileira começa a se mover em direção à modernidade. O capítulo 3 — “herança rural” — é de particular interesse, pois mostra quão difícil foi — e talvez ainda seja — estabelecer uma mentalidade capitalista e voltada ao mercado em um país cujas raízes se baseiam em uma ética da aventura<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> A dificuldade da experiência holandesa no Nordeste do Brasil (1624–1654) pode ser atribuída, em parte, à ética diferente que possuíam.

<sup>5</sup> Holanda sustenta que os ingleses obedeciam, antes da era vitoriana, a uma ética que não seria tão diferente daquela dos ibéricos (1995: 45–6). Isso significa que, em princípio, seu tipo de colonização não seria muito distinto do dos portugueses e espanhóis. Segundo Acemoglu e Robinson (2011), é apenas quando fracassa, na América do Norte, o sistema de colonização baseado em “instituições extrativistas” que os ingleses passam a adotar um sistema baseado nos princípios do Estado de Direito e em instituições mais “inclusivas”. Essa mudança não ocorreu no Brasil nem, de modo mais geral, na América do Sul.

<sup>6</sup> Neste capítulo, Holanda também traça a entrada das ideias econômicas de Adam Smith no Brasil por meio de Silva Lisboa, no início do século XIX (1995: 83 e seguintes). É interessante notar como essas ideias foram absorvidas em uma economia baseada na escravidão: apesar de condenar a escravidão como

Holanda apresenta primeiro uma série de dados mostrando o dinamismo da economia (crescimento do comércio exterior), mudanças institucionais (criação de instituições financeiras e de crédito) e inovações (principalmente nas comunicações e nos transportes, embora limitadas às regiões mais populosas e capitais).

No entanto, essas mudanças foram acompanhadas por grande dificuldade em reduzir o poder político dos antigos proprietários de terras e dos traficantes de escravos (o tráfico de escravos, apesar da Lei Feijó de 1831 e do Ato Aberdeen de 1845, continuou crescendo até 1850). Como o país era vasto e as antigas elites detinham o poder político, as novas práticas econômicas do capitalismo tiveram que se adaptar a uma economia que encontrava dinamismo na exportação de produtos agrícolas (na época, principalmente o café), e não na expansão da divisão do trabalho e do mercado interno<sup>7</sup>. As primeiras tentativas de industrialização no Brasil, nas mãos de Mauá, fracassaram em parte por essa razão. Temos aqui uma análise em que uma certa ética, incorporada em um sistema político, entra em colisão com as mudanças históricas nas práticas econômicas. Uma seção intitulada “Aversão às Virtudes Econômicas” (1995: 133 e seguintes) aponta para o embate entre as novas “virtudes burguesas” e a antiga ética do personalismo.

A desarticulação da economia escravocrata na segunda metade do século XIX e o crescimento das cidades também apontam para a permanência do *ethos* português: em contraste com os espanhóis, que tentaram construir cidades de forma planejada, racional e abstrata, obedecendo à vontade humana de conquistar o ambiente natural (“o triunfo completo da linha reta”, segundo Holanda), os portugueses construíram as suas com uma mentalidade diferente. Como vieram ao Brasil em busca de glória, honra e riquezas, nunca sentiram a necessidade de construir cidades ordenadas (ou de fundar universidades), já que o poder político e o prestígio permaneciam, em grande parte, nas áreas rurais. O agente típico dessas regiões — o semeador português — é contrastado com o ladrilhador espanhol.

---

menos eficiente do que o trabalho livre, o foco das análises de Lisboa recai frequentemente não sobre a divisão do trabalho (e suas vantagens), mas sobre as vantagens do livre-comércio.

<sup>7</sup> Holanda relata (às vezes por meio de anedotas) a dificuldade de encontrar mercados para comprar suprimentos no interior do Nordeste brasileiro no século XVIII (1995: 81–2). Cada proprietário de terras era visto como economicamente autossuficiente e produzia tudo o que a fazenda precisava — não havia necessidade de trocar no mercado. Assim, cada senhor de terras detinha um poder político regional e a aplicação da lei em seu domínio não precisava obedecer à lei do Estado.

### II.II.III O topo da árvore: o homem cordial

Segundo Holanda, a cordialidade é a “contribuição brasileira à civilização — daremos ao mundo o ‘homem cordial’” (1995: 146). Forbes (2008: 278 e seguintes) nos ajuda a enumerar as principais características da cordialidade: intimidade (não é difícil tornar-se amigo de alguém, mesmo com poucos contatos sociais), uso de palavras no diminutivo (como sinal de intimidade, e não de tamanho), omissão do sobrenome (para evitar a associação da identidade pessoal com uma linhagem hereditária) e uma ética da emoção (até mesmo em rituais religiosos ou políticos, de modo que esses rituais adquiram um tom íntimo e emocional). O homem cordial é um tipo muito gregário em nível superficial, mas isso não significa que seja capaz de cooperar em uma sociedade em larga escala (1995: 155). Como veremos nas próximas seções, ocorre justamente o contrário.

Esse tipo de personalidade cordial foi o resultado de um processo histórico que transplantou instituições portuguesas para uma nova terra e adotou uma economia escravocrata atrelada a mercados externos. No que diz respeito à população, a mistura étnica entre diversas tribos indígenas, africanos de várias etnias e europeus (principalmente portugueses e espanhóis, mas também franceses e holandeses) provavelmente foi mais intensa do que em outras colônias do Novo Mundo.

O homem cordial pode ser descrito como o tipo ideal suficientemente plástico para se adaptar tanto ao desenvolvimento das instituições políticas portuguesas em sua maior colônia tropical quanto a uma economia dual. Por “economia dual”, entendemos uma economia, por um lado, voltada à produção e exportação de bens primários e matérias-primas (sendo, assim, uma economia de mercado ligada aos mercados externos). Por outro lado, é também uma economia voltada à subsistência de uma população significativa de escravizados e de poucos homens livres (ou ainda, uma economia em que o mercado interno não era dinâmico)<sup>8</sup>. O homem cordial surgiu do desenvolvimento do “aventureiro” europeu que se estabeleceu no Brasil e adaptou-se tanto à conduta dos povos indígenas quanto à gestão de uma economia baseada na escravidão.

---

<sup>8</sup> Esse conceito de “economia dual” não está no livro de Holanda, embora eu acredite que poderia ser facilmente aplicado à sua análise. Esse conceito pode ser encontrado na escola da CEPAL de Prebisch e Furtado, entre outros.

Sem um pano de fundo cultural comum, o homem cordial não operava com a ética do trabalho do “homem prudente” de Smith. Segundo Holanda, sem um arcabouço jurídico sólido e devido à maior proximidade com a África desde pelo menos o século XIV — o que supostamente deu aos portugueses maior plasticidade para se adaptar a outras culturas — homens cordiais surgiram como adaptações nativas para gerir essa economia dual. Holanda aponta as tentativas fracassadas de colonização pelos holandeses (no século XVII) e pelos franceses (no século XVI) no Brasil como sinal da melhor adaptação dos portugueses a esse empreendimento. Assim que os colonos holandeses se deslocaram para o interior do país, encontraram o típico “semeador” português administrando as plantações de um modo que um trabalhador “prudente” holandês chamaria de ineficiente e relaxado. No entanto, foi esse o modo como os portugueses conseguiram manter a economia funcionando em um território distinto e coordenando a conduta de povos de origens muito diferentes. Por causa dessa história, o aventureiro (nas raízes da sociedade brasileira) e o semeador (no tronco) deram origem ao homem cordial moderno (na copa).

### **II.III Para além do homem cordial?**

Talvez possamos dizer que o homem cordial vive em dois mundos distintos. Em um deles, as instituições políticas e econômicas formais erguidas pelos portugueses tinham como fins a regulação do sistema de *plantation* e o abastecimento do comércio exterior. No outro, as práticas políticas e econômicas reais nem sempre correspondiam a essas instituições formais. Esse duplo padrão de conduta também serve como forma de mediação das diversidades e desigualdades que atravessam a sociedade e a economia brasileiras.

Com base na classificação de padrões de ação da antropóloga Margaret Mead, Holanda (1995: 60-1) diferencia entre o tipo ideal de *cooperação* (predominante em economias de mercado modernas) e a *ajuda* presente no Brasil. A mesma diferença aparece entre *rivalidade* (no Brasil) e *competição* (nas economias modernas de mercado). Tanto na cooperação quanto na competição, haveria compensações materiais que funcionam como fins para satisfazer o interesse próprio; enquanto isso, na rivalidade e na ajuda, a compensação material é secundária em relação ao significado das “emoções e instintos coletivos” que motivaram a ação.

Essa mistura entre afetos e atividades econômicas, é claro, não é tão rígida quanto a descrição acima — desde *A Genealogia da Moral* de Nietzsche e passando, mais recentemente, pelos trabalhos de Zelizer (2007) e Graeber (2011) sabemos que o circuito econômico é perpassado por um circuito de afetos. No entanto, permanece a questão de como se dá a negociação entre emoções e atividades comerciais, especialmente em uma sociedade diversa e desigual como a brasileira.

As consequências econômicas e políticas dessa mistura são, na visão de Holanda, pouco animadoras: em termos econômicos, ela retardaria o desenvolvimento da cooperação em larga escala típica do sistema de liberdade natural de Smith. A tendência a manter relações hierárquicas e personalistas favoreceria a formação de grupos fechados que controlam o fluxo de informações e de recursos. Dentro desses grupos, a mobilidade social não depende do trabalho duro e constante ou de outras virtudes burguesas, mas sim da habilidade em construir e manter relações com os poderosos. Essa característica impede o pleno desenvolvimento e funcionamento dos mercados — com todas as vantagens que trazem em termos de liberdade pessoal e abundância material. Por outro lado, no plano político, Holanda nos diz que a democracia no Brasil é um “mal-entendido”, uma má adaptação de um sistema político moderno de origem europeia, importado pelos descendentes de uma aristocracia rural (1995: 160). Pode-se dizer que ela dificilmente pode funcionar, pois uma democracia funcional — ao pressupor igualdade formal perante a lei — tenderia a questionar os privilégios que os descendentes dessa aristocracia rural ainda podem deter. O resultado dessa situação é que o regime democrático tende a ser instável no Brasil.

Por se tratar de um tipo ideal histórico, Holanda afirma que essa cordialidade poderia desaparecer com mudanças nas instituições políticas e econômicas brasileiras — o último capítulo de *Raízes do Brasil* apresenta essa possibilidade na forma de uma “revolução” lenta que o Brasil estaria atravessando desde a abolição da escravidão, em 1888. No entanto, por tratar-se de um ensaio, o livro não apresenta um conjunto de princípios pelos quais se poderia alcançar uma economia de mercado moderna e uma democracia liberal. Embora não haja uma “incompatibilidade absoluta” entre os ideais democráticos e certas características do “homem cordial”, o livro também não analisa como esses ideais poderiam ser concretizados na prática. Talvez uma melhor

compreensão do funcionamento moral do homem cordial possa ajudar a esboçar esse caminho.

### III. Uma interpretação do sistema de filosofia moral de Smith – com foco no espectador imparcial em uma sociedade escravocrata

Críticos recentes de Holanda, como Jessé Souza (2015: 46), observam que a análise ensaística de Holanda não deu a devida atenção aos processos pelos quais o horizonte institucional molda a ação individual. É aqui que a contribuição de Smith pode entrar. Por exemplo, quando se compara a formação da sociedade e da economia brasileiras com a história do “diferente progresso da opulência em diferentes nações”, apresentada no Livro III de *A Riqueza das Nações*, vê-se que a discussão de Smith sobre a lei do morgadio e seus efeitos nos sentimentos morais de servos e escravizados poderia explicar a estagnação econômica da Europa na Idade Média. A discussão de Smith sobre o processo de colonização, no Livro IV de *A Riqueza das Nações*, destaca os prejuízos econômicos das regulações das atividades econômicas nas colônias portuguesas e espanholas, bem como os efeitos de um governo negligente na conduta tanto de senhores quanto de escravizados (ver, por exemplo, IV.7.76 e IV.7.77)<sup>9</sup>.

Como dito na seção anterior, a hipótese aqui defendida é a de que é possível comparar e complementar algumas partes das obras de ambos os autores, porque o argumento de ambos possui um caráter histórico e sociopsicológico<sup>10</sup>. Como se pode ver, podemos usar como objetos de pesquisa a teoria dos sentimentos morais de Smith juntamente com indicações nas *Palestras sobre Jurisprudência* e nos Livros III (*O progresso da opulência em diferentes nações*) e IV (*Dos Sistemas de Economia Política*) de *A Riqueza das Nações*. Procuraremos usar esses livros para tentar preencher a lacuna entre o processo de desenvolvimento das instituições brasileiras e os sentimentos morais que formaram o homem cordial.

#### III.I O sistema de filosofia moral de Smith: um breve esboço

Se considerarmos, como na Introdução do artigo, que a teoria de Smith compreende uma visão coevolutiva e sistêmica dos mercados, das instituições políticas

<sup>9</sup> Usamos a referência usual à obra de Smith conforme a quinta edição de Canaan de *A Riqueza das Nações*: por exemplo, IV.7.76 significa Livro IV, capítulo 7, parágrafo 76.

<sup>10</sup> Lembre-se de Zafirovski (2000) sobre as continuidades entre as abordagens de Smith e Weber nos estudos sociais da economia.

e dos sentimentos morais dos indivíduos, então deveríamos ser capazes de aplicar sua teoria a diferentes nações. Antes de fazê-lo, contudo, seria necessário identificar algumas possíveis características comuns a todas as sociedades, para que possamos entender como essa coevolução pode ocorrer. Sugerimos nos concentrar em duas características comuns a partir das quais deveríamos ser capazes de delinear o desenvolvimento de diferentes sociedades.

A primeira característica é a existência de indivíduos movidos por paixões (do corpo e da imaginação) e capazes de simpatia por meio da imaginação. Khalil (2006) observou como Smith poderia ser considerado um “ouriço”, no sentido de que todo o seu sistema pode ser compreendido como se desenvolvendo a partir de um único princípio — a simpatia. De fato, pode-se argumentar, juntamente com James Otteson (2002), que o “mercado da vida” de Smith — que abrange linguagem, moral e economia — desenvolve-se precisamente a partir dessa capacidade que os humanos têm de simpatizar com os outros. Se isso for correto, o princípio de mercado em Smith é mais do que apenas econômico; é, antes, um princípio filosófico e sociológico (que pode, além disso, ser compreendido como um dispositivo para regular as relações sociais em uma sociedade diversa e plural, como sustenta Pierre Rosanvallon (2002 [1979])).

A segunda característica está relacionada às diferentes formas sociais pelas quais indivíduos simpáticos se organizam no tempo e no espaço. A teoria das quatro etapas do desenvolvimento das sociedades, de Smith, tenta oferecer aquilo que podemos interpretar como formas ideal-típicas de desenvolvimento social, econômico e jurídico-político, à medida que os indivíduos se tornam capazes de cooperar em números cada vez maiores. Juntamente com o “princípio da familiaridade” ou os “círculos de simpatia” (FORMAN-BARZILAI, 2011), podemos também relacionar esses desenvolvimentos a uma certa ecologia dos sentimentos morais e de diferentes tipos de espectadores imparciais<sup>11</sup>.

Com base no material das *Palestras sobre Jurisprudência* (LJ) de Smith, podemos esboçar uma versão simplificada da coevolução mencionada acima. É

---

<sup>11</sup> Se esses quatro estágios representam, de fato, mais do que uma história conjectural é uma questão em debate (PAGANELLI, 2022). Como observa Evensky, o estudo de Smith sobre a Europa no Livro III da *Riqueza das Nações* apresenta um desenvolvimento invertido entre cidades e agricultura, de modo que se pode questionar até que ponto esses estágios representam uma evolução histórica real.

importante destacar que o processo que estamos esboçando brevemente não se encontra exatamente dessa forma nos escritos de Smith. Trata-se de um processo inspirado e compatível com a visão geral de Smith sobre a coevolução mencionada. Por exemplo, podemos supor que no primeiro estágio — a era dos caçadores — o nível de cooperação é restrito aos parentes e aos membros mais próximos das tribos. É provável que a sociedade seja estruturada hierarquicamente, e que disputas por poder impeçam o grupo de se expandir além de algumas centenas ou milhares de pessoas. Como consequência, a divisão do trabalho é reduzida, e o nível de abundância material e segurança pessoal também pode ser igualmente baixo, o que significa que, ao menos materialmente, essa deve ser uma sociedade igualitária. O “círculo de simpatia” das paixões sociais que unem as pessoas não vai muito além dos membros da tribo, de modo que membros de outras tribos provavelmente são vistos com desconfiança e medo. Podemos também inferir que um espectador imparcial moldado nesse tipo de sociedade não terá margem suficiente para simpatizar imediatamente com — e julgar — as ações de outros povos, já que ele ou ela não tem acesso a outros modos de vida de outros grupos humanos. Somente quando a sociedade se torna maior é que o espectador imparcial é capaz de aprender a julgar razoavelmente pessoas pertencentes a outros meios sociais.

O estágio do pastoreio (ou dos pastores) é caracterizado pela acumulação de riqueza sob a forma de rebanhos de animais e por uma maior desigualdade, de modo que surge uma primeira noção de propriedade, juntamente com as primeiras formas de governo e de direito como os conhecemos. Aparecem as primeiras instituições do Estado voltadas à proteção da propriedade e da segurança pessoal. As sociedades são maiores do que no estágio dos caçadores, e a capacidade de reunir pessoas — principalmente para travar guerra com outras tribos — é mais elevada (ver, por exemplo, LJ iv 39–40). Podemos, portanto, supor que o “círculo de simpatia” se estende nesta era para além das relações imediatas, provavelmente devido ao pertencimento imaginário a um grupo (religioso ou étnico). Nesse caso, podemos dizer que um espectador imparcial pode simpatizar com mais pessoas do que no primeiro estágio, mas esse processo é dificultado pela capacidade de julgar os outros apenas na medida em que estejam próximos das crenças e da sensibilidade do grupo. Novamente, é necessário que as pessoas entrem em contato com outros tipos de crenças e valores, para que possam adquirir certo distanciamento e imparcialidade em relação às suas próprias crenças e, então, julgar os outros — e a si mesmas — de forma razoável.

O terceiro estágio, o da agricultura, é aquele em que surge a necessidade de um governo mais robusto para fornecer justiça, elaborar ou modificar regras de propriedade e proteger a propriedade privada. A riqueza agora está incorporada à terra, e não apenas a rebanhos móveis. Isso significa que o governo também terá que prover segurança contra a invasão externa do território nacional. Com a associação do trabalho individual ao cultivo de um pedaço de terra, podemos conjecturar que a aprovação dos espectadores está agora relacionada à associação imaginativa entre os frutos do trabalho de um determinado indivíduo e um pedaço de terra agora chamado de “propriedade privada”. Essa associação só é possível porque temos um sistema jurídico que elabora e regula o conceito de propriedade privada, e que é protegido por instituições policiais. Ao mesmo tempo, emerge uma concepção do indivíduo como uma entidade parcialmente autônoma, que pode possuir características únicas. Por esse motivo, à medida que a população se torna mais dispersa em um território onde a riqueza está relacionada à propriedade da terra, os sentimentos morais de pertencimento que uniam a comunidade nos primeiros estágios cedem lugar à aprovação, por parte dos espectadores, dos sentimentos associados às ações e à personalidade do homem prudente.

Se bem governada e em paz, uma sociedade agrícola pode continuamente gerar excedentes e dividir ainda mais o trabalho, permitindo assim o desenvolvimento das cidades. Temos então o derradeiro estágio comercial – central para a análise da modernidade em Smith - que cresce idealmente sobre o agrícola. Com o uso generalizado do dinheiro e do comércio, a própria noção de propriedade e de proprietário torna-se abstrata (isto é, não ligada a nenhuma posse material de um bem por um indivíduo), de modo que, ao menos em princípio, podemos conceber todo ser humano como um indivíduo autônomo, capaz de cuidar de si mesmo e de sua família. Esse sujeito tipicamente moderno também pode se desvincular de seu grupo social imediato, o que, por sua vez, permite que o espectador imparcial aprove a conduta de indivíduos independentemente dos valores e crenças de qualquer grupo social específico. O tipo mais óbvio de ação que o espectador imparcial aprova em uma sociedade comercial tem a ver, como é bem sabido, com o autointeresse e a acumulação de riqueza. Nessa situação, o Estado assume novas funções, relacionadas à proteção dessa propriedade abstrata e à elaboração de leis que regulam seu uso e alienação. Ao mesmo tempo, o risco de alienação causado pela divisão do trabalho e pela corrupção

dos sentimentos morais nesse tipo de sociedade aponta para a necessidade de educação e da provisão de “distrações” à população, de modo a evitar “superstição e entusiasmo”.

#### **IV. Uma tentativa de “deglutição”: lendo Holanda pelas lentes de Smith**

É chegada a hora de verificar até que ponto Smith pode iluminar uma leitura do livro de Holanda. A releitura do homem cordial de Holanda à luz do sistema de Smith pode ajudar a esclarecer os aspectos institucionais que caracterizam a evolução do sistema político e econômico do Brasil. A onipresença da versão moderna da corrupção, devido à confusão entre as esferas pública e privada, bem como as dificuldades de manutenção de um regime democrático no Brasil, são apenas dois dos exemplos.

Os resultados do artigo apontam para o homem cordial como surgindo em um ambiente institucional caracterizado por atividades rurais e escravidão. Nessas condições, a proximidade física entre escravizados e senhores, juntamente com a ausência de aparelhos estatais em um território vasto (aparelhos estatais que, por sua vez, poderiam regular suas condutas), deu origem a sentimentos de simpatia dividida na população. Em resumo, isso significa que, ao julgar ações como moralmente corretas ou incorretas, os sentimentos prevalentes entre a população escravizada eram divididos entre simpatizar com aqueles na mesma situação (que sofriam a crueldade dos senhores) e com os próprios senhores (a quem precisavam apelar em troca de favores ou ajuda). Isso provavelmente também ocorria com os senhores, já que, por razões de segurança, precisavam confiar nos escravizados mais próximos.

Junto a essa característica psicológica, o limite entre as esferas pública e privada torna-se fluido no Brasil: uma vez que a simpatia é dividida, jamais se poderia afirmar com certeza os limites entre um tratamento impessoal (adequado às instituições econômicas e burocráticas modernas) e um tratamento pessoal, emocional (adequado à família e aos amigos). Desse ponto de vista, deve ser possível lançar nova luz sobre alguns dos impasses sociais e econômicos do Brasil.

Com vista a desenvolver os resultados alcançados aqui em trabalhos futuros, observamos que a reflexão sobre a simpatia dividida e o homem cordial, analisados com o auxílio da filosofia moral de Adam Smith, permite repensar de forma nova a moralidade política (e pública, em geral) no caso brasileiro. Como mostrou Daniel

Klein e Michael Clark (2011), a própria esfera moral da existência se estrutura como um processo de sincronização afetivo-social em que indivíduos procuram ajustar seus julgamentos, emoções e comportamentos de forma harmoniosa. Esse ajuste dinâmico também se encontra no funcionamento do mercado descrito em *A Riqueza das Nações*: naquele livro, a interação entre a “demanda efetiva” e o que é produzido funcionam segundo uma lógica de sincronia socioeconômica de interesses situados.

Futuramente, trabalharemos o conceito de “gosto” enquanto faculdade estética e moral (como Smith desenvolve em suas *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*), como possível elo de integração das diversas esferas da vida social — permitindo, deste modo, que a simpatia limitada que nos caracteriza possa adquirir formas mais amplas e inclusivas de convivência. Em nosso caso, práticas culturais dos povos nativos do Brasil e de origem africana desempenham um papel fundamental: eles podem ser “escolas populares” de formação do “gosto” (*taste*), onde a sincronia afetiva contribui para uma ampliação da simpatia e para a construção de um modo de vida próprio, a “Roma tropical” com que Darcy Ribeiro sonhava. Nesse sentido, canibalizar a filosofia moral de Smith pode ser frutífero: apontamos para a possibilidade de uma digestão crítica e criativa dos diferentes *ethe* que compuseram o Brasil, gerando, quem sabe, novas formas de convivência para um mundo cada vez mais plural. Para os debates atuais, nossa visão pode contribuir para um cosmopolitismo enraizado *visto do Sul*, que não nega as diferenças, mas as sincroniza através da expansão partilhada da simpatia pela via do gosto — ou ainda, por uma prática compartilhada de afetos que propõe um novo jogo com a racionalidade herdada da tradição iluminista europeia.

### Referências Bibliográficas

**CALIXTRE, A. B.** *O homem cordial: Sergio Buarque de Holanda na Formação e Contemporaneidade do Pensamento Econômico Brasileiro*. Tese de Doutorado, Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

**CLARK, M. J., KLEIN, D. B.** *The Music of Social Intercourse: Synchrony in Adam Smith*. *The Independent Review*, v. 15, n. 3, Winter 2011, 2011, pp. 413–420.

**EVENSKY, J.** *Adam Smith's moral philosophy: a historical and contemporary perspective on markets, law, ethics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

**FORMAN-BARZILAI, F.** *Adam Smith and the circles of sympathy: cosmopolitanism and moral sentiments*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

**FRANÇOZO, M. C.** *Um Outro Olhar: A Etnologia Alemã na Obra de Sergio Buarque de Holanda*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2004.

**GRAEBER, D.** *Debt: The First 5.000 years*. New York: Melville House Publishing, 2011.

**HIRSCHMAN, A.** *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo Antes do seu Triunfo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 [1979].

**HOLANDA, S. B.** *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**KHALIL, E. L.** *Smith the Hedgehog*. In: *Adam Smith Review, Vol. 2*. New York: Routledge, 2006.

**OTTESON, J.** *Adam Smith's Marketplace of Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

**PACK, S. J.** *Slavery, Adam Smith's economic vision and the invisible hand*. *History of Economic Ideas*, v. 4, n. 1–2, 1996.

**PAGANELLI, M. P.** *Recent Engagements with Adam Smith and the Scottish Enlightenment*, 2015. Disponível em: [https://economie.esg.uqam.ca/wp-content/uploads/sites/54/2017/09/Paganelle\\_Maria\\_Pi\\_a\\_-\\_oct2015.pdf](https://economie.esg.uqam.ca/wp-content/uploads/sites/54/2017/09/Paganelle_Maria_Pi_a_-_oct2015.pdf). Acesso em 22. Out. 2025.

**PAGANELLI, M. P.** *Adam Smith and Economic Development in Theory and in Practice: A Rejection of the Stadial Model?* *Journal of the History of Economic Thought*, Vol. 44, Issue 1, March, 2022.

**ROSANVALLON, P.** *O Liberalismo Econômico*. Joinville: Ed. Da UDESC, 2002.

**SMITH, A.** *The theory of moral sentiments*. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Smith/smMSCover.html>. Acesso em: 11 abr. 2016.

**SMITH, A.** *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Smith/smWN.html>. Acesso em: 11 abr. 2016.

**SOUZA, J.** *A Tolice da Inteligência Brasileira ou Como o País se Deixa Manipular pela Elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

**TEGOS, S.** *Adam Smith, theorist of corruption.* In: BERRY, C. et al. *The Oxford companion to Adam Smith.* Oxford: Oxford University Press, 2013.

**WELLS, T.** *Adam Smith's real view on slavery: a response to Marvin Brown.* *Real-World Economics Review*, n. 53, 2010.

**ZAFIROVSKI, M. Z.** *Some continuities between Adam Smith's political economy and Max Weber's social economics.* *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 18, pt. 1.

**ZELIZER, V.** *The Purchase of Intimacy.* Princeton: Princeton University Press, 2007.